

SELETA

(N. da R.: Com o nome **Seleta**, passaremos doravante a designar a seção que vinha sendo denominada **Transcrição**. Sem deixar de ser uma transcrição, julgamos o novo nome mais adequado a uma seção que tem por objetivo oferecer aos leitores um excerto do autor tomado como "vulto da historiografia brasileira" no número em curso.)

O GOVERNO DE D. JOÃO DE LENCASTRO, A ESTRADA DO MARANHÃO E O SEGUNDO DIAS DE ÁVILA

Francisco Borges de Barros

Governava o Brasil o vice-rei D. João de Lencastro, tendo sede na Bahia. Esse vice-rei tomou posse a 22 de maio de 1694 e governou até 1702. Depois de Mem de Sá e Luís de Oliveira foi o que mais governou.

Seu governo foi dos mais fecundos. Em uma época em que todas as vistas na Europa convergiam para o Vice-Reinado do Brasil, já conhecido pelas suas imensas riquezas minerais e florestais, não passou despercebido ao "bom governador", como o povo o cognominava, fortificar as costas, cuidar do desenvolvimento da terra, desvendá-la para o interior e reprimir as agressões dos silvícolas.

O período do governo de D. de Lencastro foi dos mais movimentados de nossa história. Provam-no todos os documentos existentes em larga quantidade no Arquivo Público deste Estado.

Ele reconstruiu os fortes de Santo Antônio da Barra, São Diogo e Santa Maria; fez as casas novas da Relação e da Moeda, dois castelos sobre a plataforma das portas de São Bento e do Carmo; reedificou a cadeia e concluiu a Sé.

A Casa da Moeda foi mandada construir a pedido da câmara para se regularizar o valor da moeda e cunhar-se uma que corresse no Brasil. O rei acedeu a tão justo pedido e em 1694 mandou juizes, ensaiadores e os mais oficiais precisos, com todos os instrumentos e materiais necessários, nomeando um superintendente, e D. João de Lencastro deu execução à régia ordem, construindo a casa da moeda, onde depois de se ter cunhado a que se achou necessária, foi fechada no ano de 1697.

Mandou dar execução à Ord. Rég. de 22 de maio de 1693 vinda a seu antecessor, criando em dezembro de 1697 a vila de Jaguaripe, a primeira que se erigiu no recôncavo da Bahia, a da Cachoeira em janeiro de 1698, e a de São Francisco em fevereiro.

E autorizado pela de 10 de novembro e a de 2 de dezembro de 1698, mandou fundar as povoações do Rio Preto, Paranaguá e Rio Grande (hoje cidade da Barra) a fim de que, reunidos seus habitantes, pudessem opor a necessária resistência aos índios Acoroases, Mocoases e Rodeleiros, que infestavam os estabelecimentos da comarca do Rio São Francisco. Não bastando esta medida, mandou batê-los, conforme lhe ordenou a carta régia de 17 de dezembro de 1699. Com os índios mansos, porém, tomou o maior cuidado, estabelecendo regulamentos apropriados para suas aldeias e à catequese, propondo novas reformas ao rei, como fossem seminários para criar os índios colomins e cunhatins etc. etc.

Também foi durante o governo de D. João de Lencastro que se extinguiu o famoso quilombo dos **Palmares** em Alagoas, e o mesmo governador, em cumprimento à ordem régia, seguiu viagem para o centro a visitar as minas de Salitre.

Tendo-se tornado particularmente repetidos os ataques dos índios ferozes no Maranhão sobre todos os estabelecimentos do Itapicuru e Mearim, D. João de Lencastro, em cumprimento à carta régia de 10 de fevereiro de 1699, fez marchar a Bahia uma força considerável, que conseguiu reduzir os ditos índios, o que novamente fez com os que hostilizavam os habitantes do Rio Grande.

Ainda durante seu governo teve lugar o descobrimento das minas de Ouro Preto e do Morro, chamadas minas de São Paulo, para onde proibida toda a comunicação da Bahia, conforme ordenava a carta régia de 10 de fevereiro de 1701.

Enfim, depois de ter estabelecido na capital da Bahia uma aula de fortificações, segundo lhe determinara a carta régia de 11 de janeiro de 1699, e depois de outros atos interessantes de sua longa e benéfica administração, passou as rédeas do governo a D. Rodrigo da Costa.

Para bater os índios que sobressaltavam o Itapicuru e o Mearim, no Maranhão, D. João de Lencastro deu o comando ao segundo Francisco Dias de Ávila, que, como já vimos, venceu os índios Quesques, os Cariris, da Serra dos Cariris na Paraíba, os índios que depredaram Piranhas e Piancós, povoações situadas nas margens desses rios e os que habitavam as margens do rio Pajeú, em Pernambuco.

Como dizemos adiante, e se pode constatar da vasta correspondência desse Governador-Geral e Vice-Rei, o Nordeste do Brasil tornou-se o centro de convergência das vistas do governo, não só para a repressão dos índios que assaltavam os estabelecimentos e povoações, como para a des-

truição dos quilombos e mocambos dos negros fugidos, os quais se tornavam temerosos nos assaltos das estradas.

Em outro capítulo vemos o número de capitães e sargentos-mores empregados nesta árdua campanha, como se poderá verificar do Liv. nº 6 de Patentes do Governo dos anos de 1696 a 1703.

Após o descobrimento das minas do Salitre pelo segundo F. Dias de Ávila, nas margens do rio do mesmo nome, no sertão de Rodelas, D. João de Lencastro fez também com que o mesmo bandeirante baiano abrisse “caminho para o Maranhão”, no intuito de restabelecer a ordem no Itapicuru e no Mearim.

O segundo Francisco Dias de Ávila, Mestre-de-Campo dos Auxiliares da Torre, cujo distrito abrangia 35 léguas no Rio Real, seguiu em 1694 (julho), levando 900 homens de seu regimento, 200 índios mansos, 100 mamelucos, um corpo de 150 escravos, um comboio de munições de boca e de guerra e vários missionários.

Organizando as forças no rio Salitre, partiu pela estrada que dali conduzia ao Piauí, estacionando nas margens do rio Parnaíba. Atravessando esse rio, entrou pelas abas da Serra do Itapicuru e cabeceiras do rio do mesmo nome, em cujas margens venceu os índios, por alguns denominados Cariris e por outros Sacamecrans. Procurando as margens do Mearim, após luta renhida, venceu os índios Picolegés. Esses índios descendentes da família Jé ou Cran, foram, depois da conquista, aldeados e catequizados pelos missionários que o segundo Francisco Dias de Ávila levou em sua companhia. Eram, entretanto, de índole indomável e em 1718/1719 revoltaram-se e destruíram as povoações que haviam erigido.

De volta do Maranhão, o segundo Francisco Dias de Ávila estacionou no rio Salitre de onde trouxe para esta capital trezentos quintais de salitre. (Vide Cartas do Senado para Sua Majestade ano de 1702 – Arquivo Público.)

Já em 1692, o segundo Francisco Dias de Ávila havia, por ordem do Governo Geral, vencido os índios Acroás que, descendo de suas aldeias do Piauí, Pernambuco e Maranhão, invadiram o sertão de Rodelas e foram até à Lagoa do Paranaguá, no Piauí. Em virtude dessas incursões o Governo mandou erigir as Vilas da Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo.

(**Bandeirantes e Sertanistas Baianos**, 77/79. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919.)